

Determinantes do crime contra a pessoa nos municípios mineiros

RESUMO

palavras-chave:
Administração Pública.
Segurança Pública.
Criminalidade.

Atualmente, a criminalidade desponta como um dos principais desafios a serem enfrentados pela sociedade e pelos gestores da administração pública. Nesse contexto, este estudo buscou determinar se as condições socioeconômicas, demográficas e infraestruturais influenciam o nível de criminalidade contra a pessoa nos municípios mineiros, considerando o período de 2005 a 2013. Os resultados mostram que os indicadores analisados contribuem para explicar os crimes contra a pessoa, revelando a importância da implementação de políticas públicas de educação, saúde, emprego e renda, segurança e assistência social. Diante das evidências encontradas nesta pesquisa, reforça-se a premissa da criminalidade como um tema complexo e conclui-se que embora alguns indicadores comportem-se de modo divergente em relação aos tipos de crimes em análise, as condições demográficas, sociais, econômicas e infraestruturais podem influenciar o nível de criminalidade nos municípios de Minas Gerais, o que revela a necessidade de estabelecer um melhor gerenciamento desses condicionantes por parte dos gestores de políticas públicas.

ABSTRACT

key-words:
Public administration.
Public security.
Criminality.

Currently, criminality emerges as one of the main challenges to be faced by society and public administration managers. In this context, this study sought to determine if the socioeconomic, demographic and infrastructural conditions influence the level of criminality against the assets and against the person in the municipalities of Minas Gerais, considering the period from 2005 to 2013. The results show that the analyzed indicators contribute to simultaneously explain the crimes against the person and crimes against the patrimony, revealing the importance of the implementation of public policies of education, health, employment and income, security and social assistance. Faced with the evidence found in this research, it reinforces the premise of criminality as a complex theme and it is concluded that although some indicators behave divergent mode in relation to the types of crimes under analysis, demographic, social, economic and infrastructural conditions may influence the level of crime in the municipalities of Minas Gerais, which reveals the need to establish a better management of these conditioning on the part of the public policy managers.

*Mestre em Administração com área de Concentração em Administração Pública pela Universidade Federal de Viçosa/UFV. danielaaraujocco@gmail.com.

**Mestre em Administração pela Universidade Federal de Viçosa/UFV. michellevieiracco@gmail.com.

*** Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa/UFV. fernanda.almeida@ufv.br.

**** Pós-Doutor em Administração Pública por Rutgers University - The State University of New Jersey - USA e Pós-Doutor em Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. marcoufv1@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Sempre foi notória a preocupação da sociedade e dos governantes com as questões relacionadas à criminalidade em geral, especialmente nos países em desenvolvimento. Especificamente no Brasil, pela crescente sensação de insegurança, pode-se dizer que esse tema desponta como um dos principais desafios a serem enfrentados pela sociedade brasileira e pelos gestores da administração pública, responsáveis por manter a ordem política, econômica e social do país por meio de estratégias de segurança pública.

Para Araújo Júnior e Fajnzylber (2001), a criminalidade é um problema social, econômico e político. É um problema social, pois afeta diretamente a qualidade e expectativa de vida das populações; é um problema econômico, porque, de um lado, a sua intensidade está associada às condições econômicas e, de outro, limita o potencial

de desenvolvimento das nações; e constitui-se como um problema político, dado que as ações necessárias para combater o crime envolvem a participação ativa dos governos e a alocação de recursos públicos escassos à área de segurança pública em detrimento de outras áreas (ARAÚJO JÚNIOR; FAJNZYLBBER, 2001).

Diante desse cenário e perante o apelo da sociedade em prol de ações de prevenção, o combate à criminalidade tornou-se um assunto presente nos debates tanto de especialistas como do público em geral. Tais discussões acerca da segurança pública têm se destacado, entre outras razões, em virtude do crescimento das taxas de criminalidade e do aumento da sensação de insegurança e impunidade, além da aparente ineficácia das políticas de segurança pública na prevenção da violência criminal (SOUSA; MORAIS, 2011).

Nesse contexto, percebe-se que a administração pública tem o constante desafio de garantir aos cidadãos o direito à segurança, por meio da elaboração de estratégias e políticas públicas intersetoriais que objetivem solucionar o problema da criminalidade e, conseqüentemente, proporcionem aos cidadãos qualidade de vida e bem-estar social. Entretanto, promover segurança e, conseqüentemente, reduzir a incidência criminal são objetivos que não apresentam soluções imediatas, considerando-se que a criminalidade configura-se como uma problemática que demanda discussão, reflexão e ação conjunta dos entes federados, sociedade civil e outras organizações (CHESNAIS, 1999; SILVA apud TEIXEIRA, 2006).

Assim, uma vez discutido o problema da criminalidade, reforça-se a necessidade de intervenção governamental de qualidade, que seja capaz de adotar diversas estratégias que possam, de fato, minimizar a incidência de violência relacionada aos diversos tipos de crimes contra a pessoa, em diferentes níveis de gravidade e uso da violência.

A literatura vigente tem apresentado diversas pesquisas que estão concentrando esforços para compreender empiricamente a influência desses indicadores multidimensionais na incidência criminal e, conseqüentemente, na segurança pública. Inicialmente, destacam-se trabalhos que exploram as relações entre a incidência criminal e condições econômicas e demográficas (COELHO e PAIXÃO, 1988; SAH, 1991; FREEMAN, 1994; POSADA, 1994; ENTORF e SPENGLER, 2000; GOULD et al, 2000; KELLY, 2000; MENDONÇA, 2000; REZENDE, 2001). Em contrapartida, há estudos evidenciando que a criminalidade é influenciada por aspectos infraestruturais, tais como número de unidades prisionais, contingente policial e recursos destinados à estrutura da área de segurança (FAJNZYLBBER et al, 1998; CERQUEIRA e LOBÃO, 2003).

Há ainda pesquisas que discutem sobre o efeito da inércia criminal que consiste na transferência de parte da criminalidade atual para períodos futuros (Araujo Junior e Fajnzylber (2001); Andrade e Lisboa (2000); Gutierrez et al. (2004); Kume (2004); situação que, conforme Guirardi e Manolescu (2009, p. 4), “torna mais difícil o seu combate, ocasionando a necessidade de se constituírem políticas de segurança pública de longo prazo para a prevenção e combate à criminalidade”.

Nessa perspectiva, percebe-se a complexidade envolvida em estudar as temáticas criminalidade e segurança pública, o que revela a necessidade de se considerarem aspectos multidimensionais para possibilitar a compreensão desse fenômeno. Com base no exposto, torna-se relevante analisar se condições socioeconômicas, demográficas e infraestruturais explicam a incidência de crimes

contra a pessoa.

Especificamente pretende-se: i) identificar, a partir da literatura vigente, os potenciais aspectos que podem influenciar a situação da criminalidade; 2) compreender a relação entre os aspectos multidimensionais nos crimes contra a pessoa.

Optou-se por estudar os municípios do estado de Minas Gerais, tendo em vista o expressivo número de municípios que compartilham características distintas e peculiares. Além disso, conforme o Ministério da Justiça, Minas Gerais é um dos estados que mais investem em segurança pública e, no entanto, possuem altas estatísticas criminais.

Esta pesquisa aprofunda as discussões sobre o caráter multidimensional da criminalidade, com o intuito de avançar no conhecimento sobre seus potenciais influenciadores nos crimes contra a pessoa, a fim de contribuir com informações que possibilitem compreender o cenário da criminalidade em Minas Gerais, além de identificar aspectos que possam ser gerenciados pela gestão pública.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CRIMINALIDADE E GESTÃO PÚBLICA

As estatísticas oficiais de criminalidade indicam que, a partir da década de 1970, vem-se acentuando, no Brasil, a aceleração do crescimento de todas as modalidades delituosas que envolvem a prática de violência, tais como os homicídios, os roubos, os sequestros e os estupros (ADORNO, 2002).

Os dados apresentados no Mapa da Violência permitem verificar que, entre 1980 e 2014, morreram cerca de 967.851 mil pessoas, vítimas de disparo de algum tipo de arma de fogo. Nesse período, as vítimas passam de 8.710, no ano de 1980, para 42.416, em 2012, e 44.861, no ano de 2014, o que representa um crescimento de 415,1%. Embora seja necessário considerar que, nesse período, a população do país cresceu em torno de 65%, percebe-se que o saldo líquido de mortalidade por armas de fogo, já descontado o aumento populacional, ainda impressiona pela magnitude. No que tange à criminalidade contra a mulher, observa-se que, entre 1980 e 2013, morreram um total de 106.093 mulheres, assim, a taxa que em 1980 era de 2,3 vítimas por 100 mil, passa para 4,8 em 2013, o que representa um aumento de 111,1% (WASELFISZ, 2016).

Com base nessas estatísticas criminais, Matias-Pereira (2010) elucida que o problema social da violência tornou-se um desafio constante para a administração pública, uma vez que envolve aspectos relacionados à qualidade de vida humana (TENÓRIO; ROZENBERG, 1997). Esse desafio torna-se ainda mais evidente quando se considera a relação entre a crescente demanda da sociedade por serviços públicos de qualidade e a escassez de recursos disponíveis para o seu provimento (MELO, 2010); o que torna imprescindível uma gestão pública efetiva, tendo em vista a necessidade de alocação de um montante de recursos públicos suficiente para custear toda a estrutura necessária a um bom funcionamento dos serviços públicos, gerando efeitos benéficos para a segurança pública.

Para Gaulez e Maciel (2015), garantir o direito constitucional à segurança pública tem sido cada vez mais difícil no Brasil, pois a atividade criminosa, por meio

de suas diversas ações, a exemplo dos assaltos, sequestros, latrocínios e homicídios, constitui-se como uma prática que desencadeia inúmeros custos à sociedade, não se restringindo apenas aos custos monetários ou mensuráveis, mas também custos sociais, por exemplo, a perda de bem-estar.

Conforme Belchior (2007), os custos da criminalidade são muito significativos, pois decorrem não apenas das altas taxas de criminalidade, mas também das diversas consequências, como os elevados gastos dos setores público e privado para correção de danos e traumas causados pela criminalidade. Sob essa ótica, Santos e Kassouf (2008) expõem que os custos da criminalidade para a sociedade incluem, além dos prejuízos materiais, os gastos públicos e privados na sua prevenção e combate; a redução do estoque de capital humano, da qualidade de vida e da atividade turística; a diminuição das relações pessoais e a alteração nos hábitos cotidianos da população, fatos que, certamente, reduzem o bem-estar social.

2.1 ESTUDOS CORRELATOS

Diante da complexidade referente à criminalidade e a recorrente necessidade de intervenção governamental por meio de estratégias de segurança pública, torna-se necessário, para compreender esse fenômeno, promover análises que considerem aspectos multidimensionais.

Considerando-se a perspectiva multidimensional da criminalidade, muito se discute sobre a influência de aspectos sociais na incidência criminal, conseqüentemente, no cenário positivo ou negativo da segurança pública de um determinado local.

Um dos principais aspectos abordados por diversos autores quando se analisam a criminalidade e a segurança pública refere-se à educação. Conforme Batella e Diniz (2010), a educação formal, ou a falta dela, é um tema comumente explorado como condicionante da criminalidade, pois, geralmente, a prática do crime é constante em regiões marcadas por baixos indicadores de escolaridade. Nesse contexto, Oliveira (2005) considera a importância da educação na explicação da criminalidade, ao mostrar que a ineficiência do ensino básico no Brasil pode afetar positivamente a criminalidade.

Hartung (2006) acentua que a educação pode apresentar uma relação positiva com a criminalidade quando se consideram crimes que exigem mais habilidades do infrator, tais como fraudes e estelionato. Para Batella e Diniz (2010), isso ocorre porque a relação entre educação e criminalidade ocorre de forma direta, isto é, quando há maior propensão de que indivíduos detentores de baixos níveis educacionais recorram à violência física para mediar conflitos e desavenças pessoais; e de forma indireta, quando a educação passa a ser uma pré-condição ao acesso das pessoas a uma melhor qualificação profissional e, conseqüentemente, a uma renda melhor. Sob essa ótica, Teixeira e Kassouf (2011) apontam que quanto maior a escolaridade de um indivíduo, mais elevada é sua aversão ao risco, o que desencoraja o ato criminoso.

Além da educação, torna-se relevante analisar a influência da saúde na criminalidade, pois, conforme Fonseca, Marques e Nogueira Junior (2014), o melhor acesso aos serviços de saúde tem relação com a diminuição da criminalidade contra a pessoa, especialmente na incidência de homicídios. Tal relação pode ser explicada pelo fato de que os municípios mais dotados de recursos investidos em saúde tendem a oferecer aos cidadãos saúde de qualidade, possibilitando, por exemplo, que os vitimados pela violência tenham infraestrutura e atendimento adequados.

Nessa perspectiva, para Carvalho (2006) e Soares (2007), deve-se analisar

a relação entre indicadores de saúde e a ocorrência de crimes, pois a prevenção da criminalidade reduz os gastos públicos com a saúde, na medida em que um menor número de vítimas de violência implica menor gasto de recursos públicos para tratar suas sequelas físicas e/ou psicológicas.

Outro aspecto que deve ser explorado refere-se à importância do apoio governamental no que tange a ações de assistência social que proporcionam aos mais vulneráveis benefícios como o auxílio à população de baixa renda e o incentivo à prática de esportes e lazer, com o intuito de minimizar, por exemplo, o número de adolescentes e jovens envolvidos em práticas delituosas (EVANGELISTA et al, 2015).

Outro fator que se destaca refere-se à desigualdade de renda e à pobreza. Segundo Bourguignon (1999), esses fatores são determinantes do crime e da violência, pois assumem um papel central na determinação da criminalidade urbana no Brasil (RESENDE; ANDRADE, 2011). Santos (2009) corrobora com essa ideia ao afirmar que a renda familiar constitui-se como importante objeto de análise quando se deseja compreender o nível de criminalidade, na medida em que as altas taxas de desemprego, os baixos salários, a elevada desigualdade de renda e a pobreza constituem-se em alguns dos fatores que justificam a criminalidade crescente e cada vez mais violenta no Brasil.

Cerqueira e Lobão (2004) também destacam que a exclusão conjugada à desigualdade socioeconômica – gerada pela distribuição desequilibrada de renda – tem potencializado a criminalidade no Brasil. No contexto internacional, também há pesquisadores como Freeman (1994) e Gould et al (2000), que apontaram essa relação existente entre desigualdade socioeconômica e a criminalidade. No entanto, para Soares (2006), a pobreza e a desigualdade são e não são condicionantes da criminalidade, dependendo do tipo de crime e do contexto.

Outro aspecto que tem sido analisado refere-se ao desemprego. Autores como Freeman (1994), Gould et al. (2000) e Araújo e Fajnzylber (2001) constataram a necessidade de se explorar a relação das oportunidades no mercado de trabalho com o crime, dado que, em tese, pessoas formalmente empregadas tendem a se envolverem em menor proporção com a criminalidade.

Sob essa ótica, Mendonça (2000) também constatou que a renda média das famílias e o desemprego constituem-se como determinantes significativos sobre a criminalidade.

Partindo-se da premissa de que a criminalidade deriva de aspectos multidimensionais, além de se considerar a influência de aspectos sociais na criminalidade, também é relevante considerar a relação de indicadores econômicos no nível de segurança de determinado local.

Nesse sentido, inicialmente, torna-se necessário analisar os recursos alocados à área de segurança. Tal análise é de fundamental importância, dada a ideia básica de que o aumento nos índices de criminalidade de determinada região só pode ser revertido por meio de um maior dispêndio de recursos com segurança (SAH, 1991; POSADA, 1994). O argumento para essa hipótese permite inferir que quanto mais representativos forem os gastos com segurança pública, maior será a eficiência das atividades preventivas e de combate ao crime (SANTOS, 2009).

Nessa perspectiva, Cerqueira e Lobão (2004) também evidenciam a necessidade de se compreender a relação entre os recursos alocados em segurança pública com a criminalidade, partindo-se da premissa de que aqueles municípios que obtiveram

mais recursos para investir nas diversas áreas contempladas pela segurança, tais como profissionais qualificados, estrutura física e móvel, conscientização, teriam, conseqüentemente, um melhor desempenho, ou seja, menores índices de criminalidade. Ademais, compreender os impactos dos recursos alocados em segurança proporciona subsídios para identificar políticas públicas setoriais mais racionais, pautadas em critérios que possibilitem utilizar da melhor forma possível os recursos que são escassos (PEREIRA FILHO, 2008).

Além dos gastos com segurança pública e taxa de empregabilidade no setor formal, também será analisado o Produto Interno Bruto per capita, por constituir-se em um fator que influencia na economia municipal. Dentre vários estudos que discorrem sobre tal relevância, pode-se citar a pesquisa de Fajnzylber et al. (1998), que encontrou estatísticas significativas e com sinal negativo para a taxa de crescimento do produto interno bruto – PIB.

Sob a ótica da demografia, Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005), ao analisar o caso brasileiro e buscar definir elementos capazes de explicar o processo de hipercriminalidade, constata que um elemento a ser considerado diz respeito ao crescimento da população, que se deu com maior intensidade nos grandes centros urbanos. Mendonça (2000) corrobora com isso ao afirmar que o determinante mais significativo estatisticamente, em relação criminalidade, consiste na urbanização, em razão do maior número de vítimas em potencial. Fajnzylber et al. (1998) também elucidam que os municípios com elevada proporção de população urbana tendem a obter as taxas de criminalidade mais elevadas. Por fim, as pesquisas de Araújo Júnior, Shikida (2011) e Oliveira (2005) confirmam a importância do tamanho populacional da cidade na explicação da criminalidade.

Uma vez apresentados os aspectos sociais, econômicos e demográficos, faz-se necessário discutir sobre aspectos infraestruturais, pois, de acordo com Batella e Diniz (2010), são poucos os trabalhos que versam sobre a relação entre infraestrutura e criminalidade, condição que, em última instância, pode interferir na situação da segurança pública.

No que tange a aspectos de cunho repressivo, Araújo Júnior e Fajnzylber (2001) elucidam que uma das variáveis que condicionam a criminalidade concerne à eficiência do aparelho policial, isto é, como o contingente policial disponível em determinado município, geralmente representado pela taxa de policiais, pode contribuir para minimizar a criminalidade. Corroborando com essa ideia, Santos (2009) elucida que há consenso de que um policiamento mais intensivo inibe a criminalidade, cenário que implica a necessidade de maior número de efetivo de policiais.

Outro aspecto infraestrutural que carece de análise refere-se à existência de unidades prisionais nos municípios, pois as cidades que possuem presídios podem incorrer em menor incidência de criminalidade pela possibilidade de detenção (CERQUEIRA; LOBÃO, 2003).

Portanto, diante das evidências apresentadas, reforça-se a ideia da criminalidade como um problema social complexo e multidimensional.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA, ÁREA DE ESTUDO E DESCRIÇÃO

DAS VARIÁVEIS

De natureza descritiva e abordagem quantitativa, esta pesquisa analisou os 853 municípios mineiros no período compreendido entre os anos de 2005 a 2013. A amostra final desta pesquisa totalizou 7.677 observações, dispostas em um painel de dados balanceado.

Para compor a base de dados secundários, foram utilizados indicadores disponibilizados pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), e o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), da Fundação João Pinheiro.

Foi estimado um modelo de regressão com dados em painel, com o objetivo captar os efeitos desses indicadores na incidência criminal contra a pessoa, variável dependente que representa a razão entre o número de ocorrências registradas como homicídio, homicídio tentado e estupro e a população do município multiplicada por 100.000 habitantes. As variáveis dependentes representam proxies da incidência de criminalidade nos municípios mineiros.

Como aspectos explicativos, foram selecionadas variáveis de cunho socioeconômico, demográfico e infraestrutural, apontadas na literatura como potenciais influenciadores da criminalidade. Na tabela 1 apresenta-se a síntese das variáveis explicativas.

Dimensão	Variável	Descrição	Embasamento Teórico
Social	BENEF	Número beneficiário do Programa Bolsa Família	Bourguignon (1999), Cerqueira e Lobão (2004), Santos (2009)
	SAUD	Índice de atenção básica do sistema de saúde	Fonseca, Marques e Nogueira Junior (2014)
	EDUC	Índice da oferta e qualidade da educação infantil, em escolas públicas e privadas	Oliveira (2005), Hartung (2006), Batella e Diniz (2010), Teixeira e Kassouf (2011)
	EMP	Índice da geração de emprego formal e a geração e distribuição de renda	Freeman (1994); Gould et al (2000), Mendonça (2000); Araújo e Fajnzylber (2001), Santos (2009)
Econômica	GHAB	Gastos per capita com habitação	Batella e Diniz (2010)
	GSEG	Gastos per capita com atividades de segurança	Sah (1991), Posada (1994), Cerqueira e Lobão (2004), Pereira Filho (2008), Evangelista et al (2015)
	GESP	Gastos per capita com esporte e lazer	
	PIBpc	Produto Interno Bruto per capita	Fajnzylber et al (1998), Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005)
Demográfica	TX URB	Razão entre população urbana e população total	Mendonça (2000), Fajnzylber et al. (1998), Mendonça (2000)
Infraestrutural	HABPOL	Habitantes por policiais	Araújo Júnior e Fajnzylber (2001)
	UNIPRIS	Unidade prisional	Cerqueira e Lobão (2003)
	GASS	Gastos per capita com Assistência Social e Cidadania	Evangelista et al (2015), Batella e Diniz (2010)
	GSAN	Gastos per capita com saneamento básico	Cerqueira e Lobão (2003), Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005)

Tabela 1: Descrição das Variáveis Utilizadas nos Modelos de Regressão.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para analisar a relação entre condições socioeconômicas, demográficas e infraestruturais na incidência de crimes contra a pessoa, utilizou-se um modelo de regressão com dados em painel.

Pela criminalidade ser dinâmica e pela possível endogeneidade entre a criminalidade e seus condicionantes, o método adequado a esta pesquisa é painel dinâmico (CAMERON; TRIVEDI, 2005; BALTAGI; 2005). No modelo de painéis dinâmicos, assume-se que a variável de estudo é influenciada por seus valores passados (CAMERON; TRIVEDI, 2005). Assim, para $i = 1, 2, \dots, 853$ municípios e o período $t = 2005, \dots, 2013$, os

modelos estimados neste trabalho estão apresentados na equação (1):

Em que $CRIMEPES_{it}$ é um indicador da taxa de crimes contra a pessoa e representa o valor do crime contra a pessoa do ano anterior; é o logaritmo natural de um vetor de variáveis explicativas utilizadas no modelo (Tabela 1); α e β são os parâmetros da equação; os subíndices i e t denotam a unidade observacional e o período de cada variável, e ε_{it} é o termo que representa o resíduo ou erro da regressão.

$$CRIMEPES_{it} = \alpha crimepes_{it-1} + \beta X'_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Sabe-se que a criminalidade resulta da influência de aspectos multidimensionais, cujos reflexos são de longo prazo. Partindo-se da premissa apontada por Santos (2009) ao asseverar que parte da criminalidade de um período transfere-se para o próximo, a equação que se pretende analisar será estimada por dados em painel dinâmico.

Como nesta pesquisa o painel é formado por 853 municípios (i) ao longo de 9 anos (t), ele é considerado um painel curto, sendo, portanto, o estimador para dados em painel dinâmico "System GMM" de Arellano e Bover (1995) e Blundell e Bond (1998), o mais adequado para estimar as equações (1) e (2) (CAMERON; TRIVEDI, 2005).

Esse método pode ser considerado robusto e consistente, uma vez que há presença de endogeneidade entre as variáveis explicativas e as variáveis dependentes desta pesquisa (Crimepat e Crimedes). De acordo com Baltagi (2005), o elemento dinâmico permite controlar a possível existência de correlação entre os valores passados da variável dependente e os valores correntes das demais variáveis explicativas, eliminando, assim, potenciais fontes de viés dos estimadores.

A fim de detectar se os modelos são estatisticamente válidos, será realizado o Teste de Wald. Com a finalidade de diagnosticar a multicolinearidade, foi aplicado o VIF (Variance Inflation Factor). Para detectar a existência de endogeneidade entre as variáveis, foi realizado o teste de Durbin-Wu-Hausman. Baltagi (2005) adverte que a validade dos instrumentos no GMM é condicionada à ausência de correlação serial com o termo de erro e à validade dos instrumentos. Assim, para avaliar os instrumentos (variáveis defasadas) e a presença de autocorrelação serial, será realizado, respectivamente, o teste de superidentificação dos instrumentos de Sargan-Hansen e de Arellano-Bond.

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
CRIMEPES	44,29	46,81	0	1945,90
SAUD	0,66	0,16	0,04	0,98
EDUC	0,70	0,09	0,29	0,98
EMPEN	0,48	0,13	0,11	0,90
BENEF	1277,00	3087,29	32,08	75830,08
PIBPC	10872,09	13728,26	1779,53	340688,50
TXURB	67,44	0,13	15,18	104,08
UNIPRIS	0,36	0,48	0	1
HABPOL	936,75	572,25	83,20	18711,70
GSEG	3,59	10,04	0,01	578,78
GSAN	30,46	46,99	0,01	785,15
GHAB	7,08	24,39	0,01	620,81
GASSIST	44,40	43,87	0,06	869,54
GESP	17,38	28,06	0,01	888,92

Analisando-se os resultados da AED, percebe-se que a taxa média de crimes contra a pessoa é em média 44,29 para o período analisado, sendo que o município que obteve maior incidência dessa modalidade de crime foi Riacho dos Machados, com taxa no valor de 1945,9 no ano de 2011.

No que tange ao Índice de Saúde, foi observada a média de 0,66, que se

REBESP
v. 12, n.1
2019

Tabela 2: Estatísticas
Descritivas (AED) do período de 2005
a 2013.

Fonte: Resultados da
pesquisa.

refere aos municípios com desenvolvimento moderado, de acordo com a classificação adotada pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. O município com menor indicador de saúde foi Santa Helena de Minas, nos anos de 2005 e 2006, atingindo 0,04, o que representa baixo desenvolvimento municipal. Por outro lado, os municípios com os melhores indicadores são Juruáia, em 2010, e Natércia, em 2013, ambos com índice de 0,98 e enquadrados na faixa de alto desenvolvimento.

O indicador de educação apresentou uma média de 0,704 para as cidades mineiras, o que representa o nível moderado de desenvolvimento municipal. No período analisado, o município com o valor mínimo para esse indicador foi Franciscópolis, no ano de 2005, e o município que apresentou o valor máximo foi Extrema, no ano de 2013.

O indicador de emprego obteve a média de 0,480, valor considerado como desenvolvimento municipal regular. Nessa categoria, o município que apresentou o pior desempenho foi Berilo, no ano de 2006, com o índice de 0,11. Por outro lado, os municípios de Itabira, em 2006, e Itabirito, em 2013, apresentaram indicadores de alto desenvolvimento.

Quanto ao número de beneficiários do Programa Bolsa Família, foi observada a média de R\$ 1.277,00 per capita ao ano. O município que possui o mínimo de famílias beneficiárias é Serra da Saudade, no ano de 2011, sendo que Belo Horizonte contemplou o máximo de famílias beneficiárias em todos os anos analisados nesta pesquisa, cenário que pode ser explicado pelas características demográficas dos municípios, já que municípios de grande porte e com altas taxas populacionais tendem a obter maior número de beneficiários.

A variável PIB per capita apresentou uma média de R\$ 10.872,09 para o período em análise, sendo que o valor mínimo observado foi de R\$ 1.779,53, para São João das Missões em 2005, e máximo de R\$ 340.688,5, para São Gonçalo do Rio Abaixo em 2013. A média da taxa de urbanização para o período em análise é de 67,44. Frei Lagonegro, em 2005, é o município que obteve menor taxa de urbanização, com o valor de 15,18, e a cidade de Sarzedo, em 2013, possui maior taxa de urbanização, com o valor de 104,08.

Quanto à variável binária existência de unidade prisional, o valor 0 representa os municípios que não possuem unidade prisional (Brás Pires, Piraúba, Recreio; e o valor 1 representa as cidades que possuem unidades prisionais (Caeté, Cataguases, Confins). No que tange ao número de policiais por habitantes, constatou-se que o município com mínimo de habitantes por policial foi Bom Despacho, no ano de 2009. Já o município de Guaranésia, em 2009, é o que apresentou a maior taxa, no valor de 18711,7 habitantes para cada policial.

Observou-se que a média de gastos com segurança per capita foi de R\$ 3,59. Dentre os municípios que obtiveram menos investimentos per capita em segurança, no valor de R\$ 0,01 per capita, podem ser citados Cataguases (2006), Monte Azul (2007) e Janaúba (2008). Em contrapartida, Pavão, no ano de 2010, possui o maior montante de gastos alocados em segurança per capita, com investimentos no valor de R\$578,78. Nesse caso, é possível que o ínfimo valor seja resultado da divulgação incompleta dos efetivos investimentos em segurança.

Constatou-se que a média de gastos com saneamento corresponde ao valor de R\$ 30,46, cabendo destacar Araporã, em 2012, com maior quantidade de recursos investidos. A média de gastos com habitação para o período em análise foi de R\$7,08, sendo que o município que obteve maior investimento no valor de R\$620,81 – foi Jeceaba, em 2012. O valor mínimo observado com gastos em assistência social deu-se no ano de 2005, em Bias Fortes, sendo que o valor máximo de R\$869,54 foi identificado no município de São Gonçalo do Rio Abaixo. A localidade com menor gasto em esporte e lazer foi Caeté, com o valor de R\$0,01 no ano de 2005, e, em contrapartida, no ano de 2013, São Gonçalo do Rio Abaixo obteve investimentos no valor de R\$888,92.

Pode-se ainda observar que municípios como Onça do Pitangui (2005) e Fama (2006) obtiveram o valor 0 para gastos em segurança. Pai Pedro (2009) e Gurinhatã (2012) apresentaram valor 0 nos gastos com saneamento e com habitação. Dentre os municípios que apresentaram o valor 0 para gastos com assistência social, citam-se

Bocaina de Minas (2005) e Antônio Carlos (2006). Cabe evidenciar que tais valores iguais a zero podem ser justificados pela não divulgação de informações pelos municípios e por constituírem-se em obrigações cuja provisão é compartilhada com outras esferas governamentais.

4.2 CRIMES CONTRA A PESSOA

A fim de diagnosticar a multicolinearidade, foi aplicado o teste VIF (Variance Inflation Factor), que apresentou valor inferior a 10, indicando ausência de multicolinearidade entre as variáveis para ambos os modelos estimados. Em seguida, com o intuito de verificar a existência de endogeneidade, foi realizado o teste de Durbin-Wu-Hausman, o qual constatou a endogeneidade para as seguintes variáveis: *saud*, *educ*, *lnpib*, *empren*, *txurb*, *ghab*, *gsan* e *gseg*. Com isso, como instrumentos foram utilizados os próprios valores defasados das variáveis endógenas.

O Teste de Wald permite afirmar que, estatisticamente, o modelo de regressão com dados em painel dinâmico para os crimes contra a pessoa é válido. O resultado do teste de Sargan permite afirmar que os instrumentos (defasagens das variáveis endógenas) utilizados no modelo são válidos; e o de Arellano Bond indica que não há presença de autocorrelação serial. Na tabela 4, são apresentados os resultados das estimações através do método GMM-SYS para os crimes contra a pessoa.

	Coefficiente	Erro Padrão	p> Z
<i>Txurb_{it-1}</i>	-0,1454	0,0510	0,004
<i>Empren*</i>	-9,0519	8,3636	0,279 ns
<i>Empren_{it-1}</i>	-35,0791	7,4907	0,000
<i>Lnpiib*</i>	13,8522	2,9062	0,000
<i>Lnpiib_{it-1}</i>	10,2082	2,5453	0,000
<i>Ghab*</i>	0,0928	0,0242	0,000
<i>Ghab_{it-1}</i>	-0,0665	0,0173	0,000
<i>Gsan*</i>	0,0819	0,0162	0,000
<i>Gsan_{it-1}</i>	-0,0517	0,0118	0,000
<i>Gseg*</i>	-0,2873	0,0583	0,000
<i>Gseg_{it-1}</i>	0,0668	0,0152	0,000
Ano	5,2591	0,4210	0,000
Constante	-10528,64	832,8156	0,000
N. de instrumentos	421		
Teste de Sargan	χ^2 (395) = 430,2668 p-valor = 0,1070		
Teste de Wald	χ^2 (25) = 1484,63 p-valor = 0,0000		
Arellano – Bond	p-valor = 0,6170		
Notas: ns indica ausência de significância estatística; *variáveis endógenas			

Tabela 3: Resultados da Equação Estimada – Crimenes.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Em relação ao segundo modelo estimado, constatou-se que as variáveis *lnbenef* e *lnhabpol* apresentaram significância estatística. Em contrapartida, *gesp*, *unidpris* e *gassist* não foram significativas. Esses resultados divergem dos apresentados por Evangelista et al (2015), pois esperava-se que investimentos em assistência social e incentivo ao esporte e lazer pudessem gerar a minimização do envolvimento de pessoas com a criminalidade. Porém, pode-se inferir que esses aspectos não interferem nos crimes contra a pessoa, em razão de possíveis motivações externas.

Os dados apontam que existe uma relação positiva e significativa entre a taxa de crimes contra a pessoa – defasada em um período – e a taxa corrente, isto é, confirma-se a hipótese de que os crimes ocorridos no passado geram o crime corrente, resultado convergente com as pesquisas sobre inércia criminal de Andrade e Lisboa (2000) e Araújo Junior e Fajnzylber (2001).

Quanto ao indicador de saúde, foi apresentada uma relação negativa e significativa com a variável dependente, sugerindo que um aumento nesse índice pode implicar uma redução na incidência da criminalidade contra a pessoa, tendência

REBESP
v. 12, n.1
2019

Tabela 3: Resultados da
Equação Estimada – Crimepes
(continuação).

Fonte: Resultados da
pesquisa.

apresentada por Fonseca, Marques e Nogueira Junior (2014), ao discutirem que o melhor acesso aos serviços de saúde contribui para a diminuição da criminalidade contra a pessoa, pelo fato dos vitimados pela violência obterem infraestrutura e atendimento necessários.

Quanto ao emprego e renda, considerando-se uma defasagem, foi constatada uma relação negativa e significativa; com isso, o aumento nas taxas de empregabilidade implica uma redução no crime contra a pessoa, resultado convergente com as pesquisas de Kume (2004), Gutierrez et al (2004), Fajnzylber e Araújo Junior (2011).

Nessa pesquisa, os indicadores educ, txurb, lnpiib, ghab, gsan, gseg contribuem para compreender a incidência da criminalidade contra a pessoa, tanto para seus valores em nível quanto para os valores defasados. A relação do indicador de educação está negativamente relacionada aos crimes contra a pessoa, ou seja, melhores indicadores de educação podem implicar na redução de tais crimes, cenário evidenciado na pesquisa de Araújo Junior e Fajnzylber (2000).

Já a taxa de urbanização apresentou relacionamento positivo, indicando que cidades mais urbanizadas tendem a gerar um incremento na criminalidade. Segundo os trabalhos de Mendonça (2002) e Santos (2009), esse cenário pode ser explicado pelo maior contato entre os indivíduos, além de apresentar um certo nível de anonimato, dado o grande número de habitantes do município.

Os resultados relativos aos gastos com segurança permitiram observar uma relação negativa, em nível, e positiva, ao considerar-se uma defasagem. Considerando-se o ano corrente, o aumento no investimento com segurança contribui para redução da criminalidade, resultado que converge com a pesquisa de Santos (2009) ao expor que quanto mais representativos forem os gastos com segurança pública, maior será a eficiência das atividades preventivas e de combate ao crime, levando à minimização da criminalidade. Ademais, para Posada (1994), o aumento nos índices de criminalidade de determinada região pode ser revertido por meio de um maior dispêndio de recursos com segurança, desde que bem aplicados.

No entanto, deve-se refletir que, além das condições analisadas nesta pesquisa, que se mostraram importantes para compreender a ocorrência de crimes contra a pessoa, deve-se levar em consideração que esse tipo de crime pode ser motivado por outros aspectos (KELLY, 2000; SANTOS; KASSOUF, 2008).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar-se compreender se condições socioeconômicas, demográficas e infraestruturais explicam a incidência de crimes contra a pessoa, foi possível identificar, por meio da literatura vigente, os potenciais influenciadores da criminalidade e, a partir disso, identificar a relação entre os aspectos multidimensionais levantados nos crimes contra a pessoa.

O estudo permitiu constatar que os indicadores que influenciam os crimes contra a pessoa são o número de famílias beneficiárias pelo Bolsa Família, gastos com saneamento, indicador de educação, indicador de saúde, taxa de urbanização e PIB per capita.

As análises permitiram confirmar que os gastos com segurança mostraram-se significativos apenas para compreender sua relação junto aos crimes contra a pessoa, o que reforça o argumento de que o efeito dos gastos com segurança pública pode gerar redução na incidência criminal em determinado município. Constatou-se, ainda, que os gastos com assistência social, gastos com esporte e lazer e a existência de unidade prisional não apresentaram influência no que tange aos crimes contra a pessoa.

Sendo assim, diante das evidências encontradas nesta pesquisa, reforça-se a ideia da criminalidade como um tema complexo e conclui-se que, embora alguns indicadores comportem-se de modo divergente da expectativa teórica, as condições

demográficas, sociais, econômicas e infraestruturais geram influência no nível de criminalidade dos municípios de Minas Gerais, o que revela a necessidade de se estabelecer um melhor gerenciamento desses condicionantes por parte dos gestores de políticas públicas.

Dentre as limitações deste estudo, destaca-se a carência de dados e informações criminais que apresentem fielmente as altas taxas de crimes contra a pessoa.

Com base nos resultados expostos, sugere-se que estudos posteriores aprofundem especificamente na análise das dimensões discutidas e contemplem em seu escopo a influência de questões como raça, gênero, estado civil, escolaridade e faixa etária na incidência criminal.

Referências

ADORNO, S. Crime e Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, n. 132, Abr./Jun. de 2002, p. 7-8. Disponível em: < <http://nevus.org/wp-content/uploads/2015/01/down103.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

ANDRADE, M. V.; LISBOA, M. B. Desesperança de Vida: Homicídio em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo no período 1981/97. In: Henriques, R. (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. cap. 12, pag. 347-384.

ARAÚJO JUNIOR, A. F.; FAJNZYLBBER, P. O que Causa a Criminalidade Violenta no Brasil? Uma análise a partir do modelo econômico do crime: 1981 a 1996. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, CEDEPLAR, 88p. Texto de Discussão, v. 162, 2001. Disponível em: < <http://www.cedeplar.face.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20162.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

ARAÚJO JUNIOR, Ari Francisco; FAJNZYLBBER, Pablo. Crime e Economia: Um Estudo das Microrregiões Mineiras. In: *Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000. p. 809-840. Disponível em: < https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=179>. Acesso em: 28 jun. 2018.

ARAÚJO JUNIOR, A. F.; SHIKIDA, C. D. Decomposição das Taxas de Homicídios no Brasil e seus Estados: a "Demografia" é de Fato Importante?. *Revista Economia & Tecnologia* - Ano 07, v. 24, jan./mar. 2011. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26848>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

ARELLANO, M.; BOVER, O. Another Look at the Instrumental Variable Estimation of Error-Components Models. *Journal of Econometrics*, v. 68, n. 1, p. 29-52, 1995. Disponível em: < <http://www.cemfi.es/~arellano/arellano-bover-1995.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BALTAGI, B. H. *Econometric analysis of panel data*. 3. ed. Chichester: Wiley, 2005.

BATELLA, W. B.; DINIZ, A. M. A. Análise Espacial dos Condicionantes da Criminalidade Violenta no Estado de Minas Gerais. *Revista Sociedade & Natureza (Online)*, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 151-163, abr. 2010.

BELCHIOR, F. Os custos da Violência. ano 4, edição 35. 2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1160:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em: 11 ago. 2018.

BLUNDELL, R.; BOND, S. Initial Conditions and Moment Restrictions in Dynamic Panel Data Models. *Journal of Econometrics*, v. 87, n. 1, p. 115-143, 1998.

BOURGUIGNON, F. Crime, Violence and Inequitable Development. In: *Annual World Bank Conference on Development Economics* 1999. 2000. p. 199-220.

BRASIL. Constituição. Constituição da República do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BUENO, L. Políticas Públicas do Esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto ren-

dimento. Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2008.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. *Microeconometrics: Methods and Applications*. Cambridge University Press, 2005.

CARVALHO, A. X.; CERQUEIRA, D. R. C.; RODRIGUES, R. I.; LOBÃO, W. J. A. Custos das Mortes por Causas Externas no Brasil. *Rev. Bras. Biom.*, São Paulo, v.26, n.3, p.23-47, 2008. Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/Alexandre_Xavier_Carvalho/publication/5129320_Custos_das_Mortes_por_Causas_Externas_no_Brasil/links/00b4952bc67b60ab2b000000.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2018.

CARVALHO, G. C. A. Juventude e Políticas Públicas: dos Impasses às Necessidades Básicas. In: MATOS, Kelma Socorro Lopes; ADAD, Shara Jane Holanda Costa (Org.). *Outras Imagens*. Fortaleza, UFC edições, 2006, p. 207-217.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Determinantes da Criminalidade: Arcabouços Teóricos e Resultados Empíricos. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, no2, 2004, pp. 233 a 269. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21847202>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Condicionantes Sociais, Poder de Polícia e o Setor de Produção Criminal. *Texto para Discussão*, n. 957, IPEA, 2003. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0957.pdf. Acesso em: 29 jul. 2018.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Condições Socioeconômicas, Polícia e Produção Criminal. *Directoria de Estudos Macroeconômicos*, IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003.

CHESNAIS; J. C. A violência no Brasil: Causas e Recomendações Políticas para a sua Prevenção. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. v. 4, n. 1, 1999, pp. 53-69. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63013483005>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

COELHO, E. C. A Criminalidade Urbana Violenta. *Dados*. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

ENTORF, H.; SPENGLER, H. Socioeconomic and Demographic Factors of Crime in Germany: Evidence from Panel Data of the German States. *International Review of Law and Economics*, v. 20, n.1, p. 75-106, 2000. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0144818800000223>>. Acesso em: 18 set. 2018.

EVANGELISTA, R.; KANETA, C. N.; FRUNGILLO, M.; LIRA, M. S. Menor Infrator: Imputável ou Inimputável. *Psicologia.pt - O Portal dos Psicólogos*. 2015. Disponível em: < <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0958.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

FAJNZYLBER, P.; LEDERMAN, D.; LOAYZA, N. Determinants of Crime Rates in Latin America and the World: An Empirical Assessment. Washington, DC, World Bank Latin American and Caribbean Studies. 1998.

FAJNZYLBER, P.; ARAUJO JUNIOR, A.; Violência e Criminalidade, In: *Microeconomia e Sociedade no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro - RJ: Contra Capa/FGV, v.1, p. 333-394, 2001.

FONSECA, V.; MARQUES, V. T.; NOGUEIRA JÚNIOR, Gabriel Ribeiro. Ambiente e violência em Sergipe. Homicídios e Características do Ambiente Social nos Municípios Sergipanos. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. v. 8, p. 6-17, 2014. Disponível em: < <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/384>>. Acesso em: 18 set. 2018.

FREEMAN, R. B. Crime and the Job Market. NBER Working Paper 4910. 1994.

GAULEZ, M. P.; MACIEL, V. F. Determinantes Da Criminalidade No Estado De São Paulo:

Uma Análise Espacial De Dados Em Cross-Section. In: Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia. ANPEC- Associação Nacional dos Centros de Pós Graduação em Economia, 2016. Disponível em: < <https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files/i12-8a5bcf2d9c8ec5c8690571936cc03e4b.pdf> >. Acesso em: 18 mai. 2018.

GOULD, E. D.; WEINBERG, B. A.; MUSTARD, D. B. Crime Rates and Local Labor Market Opportunities in the United States: 1979–1997. *The Review of Economics and Statistics*, v. 84, n. 1, p. 45-61, 2002. Disponível em: < <https://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/003465302317331919#WC3VzvkrLIU> > . Acesso em: 14 fev. 2018.

GUIRARDI, E. R.; MANOLESCU, F. M. K. Criminalidade e Violência no Brasil. Anais... XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. 2009. Disponível em: < http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/RE_0392_0073_02.pdf >. Acesso em: 16 abr. 2018.

GUTIERREZ, M. B. S. et al. Inequality and criminality revisited: further evidence from Brazil. In: Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em, 2004. Disponível em: < <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A149.pdf> >. Acesso em: 18 abr. 2018.

HARTUNG, G. C. Fatores Demográficos como Determinantes da Criminalidade. 2006. 19p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

Índice Mineiro de Responsabilidade Social. Disponível em: < <http://imrs.fjp.mg.gov.br/> >. Acesso em: 25 mai. 2018.

Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: 25 julho. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < <https://ww2.ibge.gov.br/home/> >. Acesso em: 29 ago. 2018.

KELLY, M. Inequality and Crime. *The Review of Economics and Statistics*, 82(4):530–539, 2000.

KUME, L. Uma estimativa dos Determinantes da Taxa de Criminalidade Brasileira: uma Aplicação em Painel Dinâmico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 32, João Pessoa, 2004. Anais... João Pessoa: ANPEC, 2004. Disponível em: < <http://www.ppge.ufrgs.br/GIACOMO/arquivos/ead/kume-2004.pdf> >. Acesso em: 19 ago. 2018.

MATIAS PEREIRA, J. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, C. A. V. Corrupção e Políticas Públicas: Uma Análise Empírica dos Municípios do Brasil. Recife: UFPE. 2010. 231f. Tese. (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em:< <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1517> >. Acesso em: 12 jul. 2018.

MENDONÇA, M. J. C. Um Modelo de Criminalidade para o Caso Brasileiro. IPEA. Manuscrito. 2000. Disponível em:< <http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200106193.pdf> >. Acesso em: 23 jul. 2018.

MENDONÇA, M. J. C. Criminalidade e Violência no Brasil: Uma Abordagem Teórica e Empírica. *Revista Brasileira de Economia de Empresas*, v. 2, n. 1, p. 33-49, 2002.

Ministério da Justiça e Cidadania. Conceitos Básicos. Disponível em: < <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/orgaos-de-seguranca-1/conceitos-basicos> >. Acesso em: 20/01/2017.

OLIVEIRA, C. A.. Análise Espacial da criminalidade no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia*, Curitiba (ano 32), v.34 n. 3, p. 35-60 set/dez. 2008. Disponível em: < <http://www.repositorio.furg.br/handle/1/992>>.

OLIVEIRA, C. A. Criminalidade e o Tamanho das Cidades Brasileiras: Um Enfoque da Economia do Crime. In *Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia*, Natal. ANPEC. 2005. Disponível em: < <http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/diremp/oliveira-2005.pdf>>.

PAIXÃO, L. A. Crime, Controle Social e Consolidação da Democracia: As Metáforas da Cidadania. *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

PEREIRA FILHO, O. A.; TANNURI-PIANTO, M. E.; SOUSA, M. C. S. Medidas de Custo-Eficiência dos Serviços Subnacionais de Segurança Pública no Brasil: 2001-2006. *Economia Aplicada*, v. 14, n. 3, p. 313-338, 2010. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5079>>.

POSADA, C. Modelos Económicos de la Criminalidad y la Posibilidad de uma Dinámica Prolongada. *Planeación y Desarrollo*, nº 25, 1994.

PUECH, F. Education, Inequality and Violent Crime in Minas Gerais. CERDI-CNRS Université d'Auvergne. September 2005. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/wpa/wuwphe/0509006.html>>.

RESENDE, J. P.; ANDRADE, M. V. Crime Social, Castigo Social: Desigualdade de Renda e Taxas de Criminalidade nos Grandes Municípios Brasileiros. *Estudos Econômicos* (São Paulo), v. 41, n. 1, p. 173-195, 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612011000100007&script=sci_arttext>.

REZENDE, F. A. *Finanças Públicas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SAH, R. K. Social Osmosis and Patterns of Crime. *Journal of Political Economy*, Vol. 99, No. 6, 1991

SANTOS, M. J.; KASSOUF, A. L. Existe Explicação Econômica para o Sub-registro de Crimes Contra a Propriedade?. *Economia Aplicada*, v. 12, n. 1, p. 5-27, 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502008000100001&script=sci_arttext>.

SANTOS, M. J. Dinâmica Temporal da Criminalidade: Mais evidências sobre o “efeito inércia” nas taxas de crimes letais nos estados brasileiros. *Revista Economia*, v. 10, n. 1, p. 169-194, 2009.

SANTOS, M. J.; KASSOUF, A. L. Economia e Criminalidade no Brasil: evidências e controvérsias empíricas. *Revista Economia*. Brasília(DF), v.9, n.2, p.343-372, mai/ago 2008. Disponível em: < <http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/dirp162/santos-kassouf-2006.pdf>>.

SOARES, L. E. Segurança Pública: Presente e Futuro. *Estudos Avançados*, Abr 2006, vol.20, no.56, p. 91-106. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28629>>.

SOARES, S. S. D. Educação: Um Escudo Contra o Homicídio? Texto para discussão nº 1298. IPEA, Brasília, Ago.2007.

SOUSA, R. C.; MORAIS, M. S. Polícia e Sociedade: Uma Análise da História da Segurança Pública Brasileira. 2009. V jornada internacional de Políticas Públicas.

TEIXEIRA, P. A. S.; GOMES, S. M. Necessidade de Integração dos Municípios no Processo de Solução de Problemas de Segurança Pública. *Revista de Administração Municipal*, nº 260. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. Disponível em: <<http://lam.ibam.org.br> . Acessado em: 22/12/2016.

TEIXEIRA, E. C.; KASSOUF, A. L. Impacto da Educação Defasada sobre a Criminalidade no Brasil: 2001-2005. *Rede de Economia Aplicada*. Set. 2011.

REBESP
v. 12, n.1
2019

TENÓRIO, F. G.; ROZENBERG, J. E. Gestão Pública e Cidadania: Metodologias Participativas em Ação. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 31(4): 101-25. JUL./AGO. 1997. Disponível <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7882/6551>>. Acesso em 15/01/2017.